

CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº.: 000398/2022

REF. PREGÃO PRESENCIAL nº.: 023/2022

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

PROFISSIONAL - EIRELI, já qualificado nos autos do processo administrativo em epígrafe, por sua sócia, **FABIANA ROCHA DA SILVA**, brasileira, divorciada, médica e bióloga, portadora da carteira de identidade, 116479528, inscrita no CPF/MF sob nº 077.438.767-05, com registro CRM nº 1071254 e registro no CRB10-02 nº 55.283/02, correio eletrônico: bibinharocha@hotmail.com, residente e domiciliada na Rua Roberto Rosa, 1050, casa 35, Tijuca, Teresópolis/RJ - CEP 25975-530, por seu procurador, **CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-RJ sob o nº. 149.211, com escritório profissional na Avenida Lúcio Meira, 350/905, Várzea, Teresópolis-RJ, CEP 25953-001, celular/whatsApp: (21) 98278-0706, correio eletrônico: dudukid@gmail.com, em atenção ao **RECURSO** interposto pelo **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:



DA TEMPESTIVIDADE

O RECORRIDO (LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS PROFISSIONAL-EIRELI) foi intimado eletronicamente por e-mail, no dia 01 de junho de 2022, para a impugnação e apresentação de contrarrazões no prazo de 03(três) dias úteis, sendo certo, que o cômputo inicial no dia 02/06/2022 e o prazo final no dia 06 de junho de 2022, portanto, demonstrada a TEMPESTIVIDADE.

DO MÉRITO

1. Em síntese trata-se de recurso administrativo movido pelo RECORRENTE (LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA) que visa a inabilitação ou desclassificação do RECORRIDO (LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS PROFISSIONAL-EIRELI), sob a argumentação dissimulada e dissuadida que a documentação juntada no certamente licitatório não comprovaria a regularidade fiscal, trabalhista, relativa ao trabalho de menores.

2. Assevera o LABORATÓRIO RECORRIDO que sua FILIAL foi devidamente e legalmente criada, na 12ª alteração contratual cf. documento em anexo, e todas as alterações contratuais estão consolidadas, na 14ª alteração do contrato social apresentado no certame licitatório.

3. Sendo certo, que não existe nenhuma dúvida tanto a criação e legitimidade da FILIAL para sua participação no Pregão Presencial, a desleal suspeita da não existência da filial foi dissimuladamente levantada pelo LABORATÓRIO RECORRENTE, que em desprestígio ao princípio de transparência quando oportunizado pela pregoeira não sanou sua desconfiança, mas decidiu produzir falsos e inverídicos argumentos.

4. O LABORATÓRIO RECORRIDO pela documentação apresentada na fase de habilitação demonstrou sua idoneidade e capacidade para contratar com o

CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

Poder Público Municipal, bem como a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993 e Lei 10.520/2002.

5. Neste contexto o LABORATÓRIO RECORRIDO como nitidamente verificado pela administração pública participou do certame licitatório habilitando a sua FILIAL com todos os documentos em nome da mesma, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6. No caso em tela verifica-se que nem todos os documentos podem ser emitidos no CNPJ da filial. Todavia, alguns documentos são emitidos apenas para a matriz e englobam as condições da empresa como um todo. Tais documentos, ainda que estejam no CNPJ da matriz, são suficientes para comprovar a situação da pessoa jurídica, incluindo as filiais.

7. Destarte, MATRIZ e FILIAL não são pessoas distintas, e a clareza deste juízo é fundamental para elucidar os fatos controversos apontados. Neste sentido concluir ser impossível matriz e filial participarem de uma mesma licitação, apresentando propostas diferentes, uma vez que não é possível que uma pessoa jurídica concorra com ela mesma.

8. Noutro giro, se o Poder Público permitisse que a mesma pessoa jurídica participasse da licitação, apresentando propostas diversas para cada um de seus estabelecimentos, haveria flagrante ofensa ao princípio da competitividade e isonomia, uma vez que ela teria mais chances de vencer o certame do que as demais empresas que participaram de forma regular, o que definitivamente não aconteceu no pregão.



9. Não obstante, desta premissa chega-se à conclusão ser perfeitamente possível que a matriz participe da licitação e a filial execute o contrato. É que, a Administração Pública celebra o contrato com a pessoa jurídica e não com determinado estabelecimento empresarial.

10. O manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta, de forma bem didática a questão, orientando que o edital deve explicitar a maneira de apresentar os documentos no caso de participação com matriz ou filia conforme abaixo colacionado:

"(...) Forma de Apresentação dos Documentos

Deve o ato convocatório disciplinar a forma de apresentar a documentação. Exige-se usualmente quanto aos documentos que:

▪ **estejam em nome do licitante, preferencialmente com o número do CNPJ (MF) e endereço respectivos, observado o seguinte:**

▪ **se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;**

▪ **se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;**

▪ **na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;**

▪ atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica possam ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante;

[Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. - 4. ed. rev., atual. e ampl. - Brasília: TCU, Secretaria Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 461]" Grifo Nosso


11. Merece destaque, ainda que se entenda que há autonomia relativa entre matriz e filial no que diz respeito aos aspectos fiscais e tributários, sob a ótica do direito civil constituem uma única pessoa jurídica, de modo que a capacitação técnica ou experiência demonstrada por filial aproveita à matriz e vice-versa.

12. Neste sentido, colacionamos de um caso análogo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina jurisprudência abaixo:


"Administrativo. Reexame Necessário. Licitação. Pregão Presencial. Aquisição de equipamentos de informática. Licitante que participou do certame por meio de sua filial, mas apresentou Atestado de Capacidade Técnica com indicação do CNPJ da matriz. Desclassificação indevida para efeito de avaliação da capacidade técnica, haja vista

Administração Pública contrata a pessoa jurídica, e não o estabelecimento empresarial. Corroborando o entendimento aqui esposado, colaciona-se, abaixo, trecho do Acórdão nº 3.056/2008, no qual o Plenário do Tribunal de Contas da União se manifestou sobre o tema, explicitando o porquê da diferenciação dos CNPJ's da matriz e da filial e interpretando o caso à luz da Lei nº 8.666/93. Veja-se: [...] 8. Inicialmente, tendo em vista que a matéria acerca do relacionamento entre empresa matriz e filiais para fins licitatórios ressenete-se de exame mais detido na doutrina administrativista pátria, fazemos aqui algumas considerações a respeito. 9. Conceitua-se matriz aquele estabelecimento chamado sede ou principal que tem a primazia na direção e ao qual estão subordinados todos os demais, chamados de filiais, sucursais ou agências. 10. Como filial conceitua-se aquele estabelecimento que representa a direção principal, contudo, sem alçada de poder deliberativo e/ou executivo. A filial pratica atos que tem validade no campo jurídico e obrigam a organização como um todo, porque este estabelecimento possui poder de representação ou

mandato da matriz; por esta razão, a filial deve adotar a mesma firma ou denominação do estabelecimento principal. Sua criação e extinção somente são realizadas e efetivadas através de alteração contratual ou estatutária, registradas no Órgão competente II. Deste modo, matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. A matriz e filial representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica, fato corroborado, inclusive, pelo art. 10, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007, in verbis: 'Art. 10. As Entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas por equiparação, estão obrigadas a inscreverem no CNPJ, antes de iniciarem suas atividades, todos os seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior. § 1º Para efeitos de CNPJ, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, em que a Entidade exerça, em caráter temporário ou permanente, suas atividades, inclusive as Unidades auxiliares constantes do Anexo V, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias'. 12. Conclui-se que o CNPJ específico para a filial decorre somente da obrigatoriedade da citada



Instrução Normativa, que impõe a todas as empresas a inscrição do CNPJ de seus estabelecimentos. O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ é composto de oito algarismos, separado por uma barra do número de ordem do estabelecimento e, por fim, após o hífen, dois dígitos de controle. Desta maneira, o número do CNPJ da matriz e da filial são iguais até a barra separadora. Em seguida, faz-se a diferenciação entre os estabelecimentos: /0001 é sempre para a matriz; /0002 para a primeira filial; /0003 para a segunda filial e assim por diante. Os demais dígitos são os chamados de dígitos verificadores, específico para cada estabelecimento." Como visto, não se pode dissociar, ao menos civilmente, a matriz e as filiais, pois são, em verdade, a mesma pessoa jurídica. Os atestados de capacidade técnica, com a indicação do CNPJ da matriz, servem para comprovar a qualificação técnica da sua filial, haja vista que esta, não possui personalidade jurídica própria, pois o número do CNPJ, possui efeito meramente tributário. Não se deve entender a filial como um ente autônomo, pois é certo que uma é componente de um mesmo organismo, mesmo que possuam atividades



distintas". Desembargador Pedro Manoel da Abreu, nos autos do Reexame Necessário nº 2013.045780-7, da Terceira Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, julgado em 17 de junho de 2014." Grifo Nosso

13. Desse modo, não podemos perder o essencial motivo da modalidade do PREGÃO PRESENCIAL LICITATÓRIO, o atendimento ao interesse público, consubstanciado na verificação de competitividade no certame com a consequente obtenção do preço mais vantajoso.

14. Assevera-se que em consequência da vinculação ao instrumento convocatório, a administração pública e os participantes do certame devem observar as regras legais, bem como, atender às normas e condições, exatamente, previstas no instrumento convocatório.

15. O Poder Público obedeceu ao princípio da igualdade entre os participantes da concorrência, assegurando a igualdade de condições a todos concorrentes as etapas licitatórias, sem qualquer discriminação entre participantes, garantindo a moralidade administrativa, a impessoalidade.

16. Ora, ainda que se entenda que há autonomia relativa entre matriz e filial, no que diz respeito aos aspectos fiscais e tributários, o entendimento é de que, constituem uma única pessoa jurídica.

17. O Superior Tribunal de Justiça tem pacificado o entendimento do princípio da unicidade patrimonial da sociedade, assinalam que "a filial é uma espécie



de estabelecimento empresarial, fazendo parte do acervo patrimonial de única pessoa jurídica, partilhando dos mesmos sócios, contrato social e firma ou denominação da matriz" (REsp 1.355.812).

18. Senão vejamos decisão no Agravo em Recurso Especial nº 1.286.122 - DF (2018/0099913-7), que teve como relator do acórdão o Ministro Gurgel de Faria:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND) OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA (CPD-EN). DÉBITO EM NOME DA MATRIZ OU DA FILIAL. EXPEDIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL. EXISTÊNCIA. AUTONOMIA JURÍDICA. INOCORRÊNCIA.

1. **O entendimento desta Corte Superior era no sentido de que, para fins tributários, cada estabelecimento da pessoa jurídica que possuísse CNPJ individual teria direito à certidão positiva com efeito de negativa em seu nome, ainda que houvesse pendências tributárias de outros estabelecimentos do mesmo grupo - matriz ou filiais -, ao argumento de que cada estabelecimento teria autonomia jurídico-administrativa.**



2. O fato de as filiais possuírem CNPJ próprio confere a elas somente autonomia administrativa e operacional para fins fiscalizatórios - para facilitar a atuação da administração fazendária no controle de determinados tributos, como ocorre com o ICMS e o IPI -, não abarcando a autonomia jurídica, já que existe a relação de dependência entre o CNPJ das filiais e o da matriz.

3. A pessoa jurídica como um todo é que possui personalidade, pois é ela sujeito de direitos e obrigações, assumindo com todo o seu patrimônio a correspondente responsabilidade, sendo certo que as filiais são estabelecimentos secundários da mesma pessoa jurídica, desprovidas de personalidade jurídica e patrimônio próprio, apesar de poderem possuir domicílios em lugares diferentes (art. 75, § 1º, do CC) e inscrições distintas no CNPJ.

4. Havendo inadimplência contratual, a obrigação de pagamento deve ser imposta à sociedade empresária por completo, não havendo ensejo para a distinção entre matriz



e filial, raciocínio a ser adotado também em relação a débitos tributários.

5. O Código de Processo Civil de 2015 tem como fim a ser buscado por todo o Poder Judiciário, expressamente, a coerência de suas decisões, devendo os precedentes e a jurisprudência dos tribunais superiores dar segurança jurídica aos jurisdicionados.

6. Nesse sentido, há que se buscar a pertinência deste julgado com o entendimento do STJ que considera que a empresa deve responder com todo o seu patrimônio por créditos tributários e que não é possível a emissão de certidão de regularidade fiscal em favor de município quando houver débitos em nome de câmara municipal ou tribunal de contas municipal, justamente porque estes, embora possuam CNPJ diversos, não apresentam personalidade jurídica.

7. Agravo interno da Fazenda Nacional provido para conhecer do agravo, dar provimento ao recurso especial do ente fazendário e julgar improcedente o pedido." Grifo Nosso



CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

19. No mesmo sentido, o site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional assim dispõe acerca da de Regularidade Fiscal:

"A certificação outorgada ao CNPJ da filial reflete a situação do CNPJ básico, que abrange a situação das inscrições da matriz e de todas as filiais. Assim, a certificação em favor da matriz é válida para todas as filiais e vice-versa. A certidão extraída é única e tem validade em todo o território nacional, refletindo a situação de todas as inscrições do devedor, em todas as unidades da PGFN. Por tais motivos, não há emissão de certidão com análise isolada da situação fiscal de determinado estabelecimento (filial ou matriz) ou da situação de determinada inscrição, por exemplo, tomando-se por base apenas inscrições havidas ou em determinada unidade"

20. Neste sentido, no que diz respeito, a probidade, idoneidade e regularidade do LABORATÓRIO RECORRIDO podemos atestar pelos CNPJs tanto da Matriz e Filial abaixo colacionados que demonstram a unicidade da pessoa jurídica e a lisura e boa-fé na participação do certame somente com a sua filial, a qual apresentou a proposta mais vantajosa para o erário público.



CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.528.032/0004-54 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/02/2014
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL - EIRELI
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M O - MELHOR OPCAO MEDICINA DIAGNOSTICA	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO R PROFESSORA MARIA EMILIA ESTEVES	NÚMERO 617	COMPLEMENTO PARTE
---	---------------	----------------------

CEP 25.780-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	UF RJ
-------------------	---------------------------	--	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO adm@contabilidadecpc.com.br	TELEFONE (21) 2643-2950/ (21) 2643-2326
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/02/2014
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

**CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.528.032/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/04/1992
NOME EMPRESARIAL LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL - EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M O - MELHOR OPCAO MEDICINA DIAGNOSTICA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári		
LOGRADOURO R TENENTE LUIZ MEIRELLES	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO : PARTE;
CEP 25.954-000	BAIRRO/DISTRITO BOM RETIRO	MUNICÍPIO TERESOPOLIS
ENDEREÇO ELETRÔNICO CARLOS@CONTABILIDADECPC.COM.BR		UF RJ
TELEFONE (21) 2643-2950/ (21) 2643-2326		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/01/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 36.528.032/0001-01
NOME EMPRESARIAL: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL - EIRELI
CAPITAL SOCIAL: R\$68.000,00 (Sessenta e oito mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: FABIANA ROCHA DA SILVA
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emissão no dia 06/06/2022 às 10:29 (data e hora de Brasília)

CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
ADVOGADO

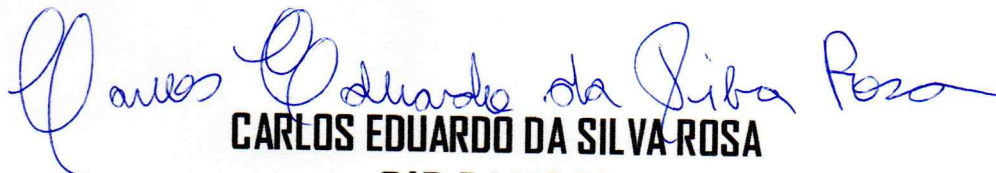
21. As ilações do LABORATÓRIO RECORRENTE caem por terra frente ao parecer jurídico da própria Procuradoria Municipal e a constatação de regularidade, capacidade técnica e proposta mais vantajosa para o erário municipal declarada no pregão presencial.

Diante do exposto, requer a Vossa
Senhoria, que seja julgado DESPROVIDO o presente RECURSO
ADMINISTRATIVO DO LABORATÓRIO RECORRENTE 18 DE JULHO,
sustentando o LABORATÓRIO RECORRIDO DE ANALISES CLINICAS
PROFISSIONAL, como vencedor do certame licitatório, e natural
abjudicador da licitação pela modalidade de pregão presencial, por
apresentar a proposta mais vantajosa para o Município de São José do
Vale do Rio Preto.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São José do Vale do Rio Preto, 06 de junho de 2022.


CARLOS EDUARDO DA SILVA ROSA
OAB-RJ 149.211